

O USO POLÍTICO DA CONJURAÇÃO MINEIRA: SÃO JOÃO DEL-REI (1877-1889)

Political use of Conjuração Mineira: São João Del-Rey (1877-1889)

Augusto Henrique Assis Resende⁸³
agtassis@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa propõe analisar a maneira como políticos conservadores e republicanos do último quartel do século XIX utilizaram a imagem dos conjurados mineiros para legitimar seus ideais. Monarquistas e republicanos buscariam em um passado pouco conhecido de fato, a Conjuração Mineira, um alento e uma inspiração, respectivamente a seus projetos. Do lado monarquista, um jornal de São João del-Rei – *O Arauto de Minas* – ligado ao partido Conservador assume a tarefa de difundir entre seus leitores e correligionários a ideia da conectividade entre o elemento simbólico da Inconfidência Mineira e o Império Brasileiro. Tal associação era baseada nos difundidos pressupostos dos conjurados: independência e liberdade; e que foram concretizados em 1822. Relativo à República, *A Patria Mineira*, jornal da mesma cidade defende a suposta orientação republicana dos inconfidentes. Daí surge a vindoura associação entre os inconfidentes e o novo regime, que surgiria em 1889 e que faria destes um de seus mais importantes sustentáculos. Há ainda a utilização de um terceiro jornal desta cidade mineira, *O Tribunal*, que é utilizado para um contraponto das ideias apresentadas nos dois primeiros.

Palavras-chave: Conjuração Mineira; imprensa; política.

Abstract: This research proposes to analyse the way how conservatives and republicans politicians to the last quarter of the nineteenth century used the image of *conjurados mineiros* to legitimate their thoughts. Monarchists and republicans would search in a not very known past, the *Conjuração Mineira*, a breath and an inspiration, respectively to their projects. From the monarchist's side there is a journal from *São João del-Rei* which is called *O Arauto de Minas*. This one is related to the Conservative party and its aim was to spread among the readers and coreligionists the idea of connection between the members of *Inconfidência Mineira* and Brazilian Empire. This association was based on the presupposition of *conjurados*: independence and freedom; two things that were fulfilled in 1822. Concerning to Republic, *A Patria Mineira*, a newspaper from the same town defends the hypothetical republican orientation of *inconfidentes*. Thereof appeared the association between *inconfidentes* and the new regimen, which would begin in 1889 and would become these members in important supports. And finally there is the third journal from that town of *Minas Gerais*, *O Tribunal*, which is used as a counterpoint of thoughts of the two mentioned journals.

Keywords: *Conjuração Mineira*; press; politics.

Introdução

⁸³ Mestrando UNESP/Assis. Bolsista FAPESP. Artigo enviado em 09/05/2013 e aceito em 19/11/2013.

Sendo considerado um tema muito importante pela historiografia brasileira e de uso recorrente entre os políticos dos séculos XIX e XX, a Conjuração Mineira ainda suscita uma série de questões. Pretender-se-á aqui analisar o quanto este movimento foi utilizado pelos políticos dos partidos Conservador e Republicano durante o Império Brasileiro com a finalidade de legitimar suas práticas.

A fim de tentarmos compreender a visão que esses políticos tinham em relação aos conjurados mineiros, analisaremos três jornais da cidade mineira de São João del-Rei. *O Arauto de Minas*, em cuja legenda se denota sua orientação: *Órgão do Partido Conservador*; e que tinha como redator Severiano Nunes Cardoso de Resende. Outro jornal, *A Pátria Mineira*, difundia os ideais republicanos e tinha como redator Sebastião Rodrigues Sette Câmara. E o terceiro periódico, *O Tribunal*, redigido por José Severiano de Resende, não explicitava seu posicionamento político. As três folhas eram semanais.

Contudo, *O Arauto de Minas* servirá também para delimitar os marcos cronológicos deste trabalho. Naturalmente há de se entender o seu término em 1889 devido ao fim do regime monárquico. Porém seu início tem muita importância, pois marca um período onde o partido Conservador da região de São João del-Rei começou a perceber que precisaria de um jornal, fosse para combater seus rivais históricos, os liberais, ou o recém fundado partido Republicano no campo da imprensa. Assim as delimitações cronológicas deste trabalho se iniciam com a primeira publicação d'*O Arauto de Minas*, em seis de março de 1877 e vai até a última, em 12 de dezembro de 1889.

O partido Conservador e o uso simbólico dos conjurados

Minas Gerais era uma Capitania onde circulavam muitas riquezas produzidas pela extração do ouro, do diamante e pela atividade agropecuária. Era de difícil acesso e quem para lá quisesse ir, ou mesmo sair, teria que enfrentar vários dias de viagem, preferencialmente em cima de lombo de burro ou mula, já que suas estradas se localizavam, em geral, em perigosas encostas de montanhas e atravessavam densas florestas. Outra fonte de provento usual na Capitania, porém proibida, era a produção têxtil. Através de alguns teares clandestinos seus donos podiam suprir suas famílias e,

quem sabe, até comercializar certo número de peças de vestuário com os moradores das Gerais. Isso se dava pela dificuldade e carestia que era introduzir elementos importados na Capitania. Apesar da insistência mineira em produzir seu próprio vestuário, contrariando o exclusivo colonial, os teares descobertos foram apreendidos e mandados a Lisboa (MAXWELL, 1995, p. 84-112).

Dom Rodrigo José de Meneses, governador da Capitania a partir de 1780, comunicara a Martinho de Melo e Castro, ministro português, que pretendia introduzir em Minas uma fundição de minério de ferro, pois a escassez de objetos metálicos era um dos pontos de estrangulamento da economia mineira. Necessitava-se de tais materiais para o desenvolvimento/manutenção da mineração e agricultura, sendo difícil sua introdução através das difíceis estradas que ligavam Minas Gerais à cidade do Rio de Janeiro. Sobretudo o pedido de instalação da fundição foi negado (MAXWELL, 1995, p. 113).

Martinho de Melo e Castro tinha notícias de que muitos contratadores – de dízimos, entradas... – da Capitania de Minas Gerais estavam em grande débito com a Real Fazenda. Esta, já a partir dos anos 1750 não conseguia arrecadar a quantia mínima estabelecida em lei.⁸⁴ Se fosse preciso a Junta da Fazenda de Minas deveria aplicar a derrama entre os colonos, que era uma forma de conseguir junto à população a quantia restante para completar as 100 arrobas de ouro. Porém até o momento tal artifício nunca tinha sido utilizado. Melo e Castro achava que o fracasso econômico pelo qual a Capitania passava se devia à fraude e ao contrabando que haviam aumentado. Não acreditava que a quantidade extraída de minerais preciosos tinha diminuído (MAXWELL, 1995, p. 124-7).

Luís da Cunha Meneses, governador que sucedeu D. Rodrigo José de Meneses, estava inserido em outro círculo social, em que privilegiava em seu governo a sua “corte”, prejudicando as negociatas das pessoas de importância do governo passado. Cunha Meneses foi o governador que passou a suscitar rancor e a gerar controvérsias entre os que viriam a ser integrantes da Conjuração Mineira. Ele foi, grosso modo, o responsável pelos conjurados se revoltarem com a situação pela qual passava a Capitania, e também pelo estado em que andavam seus negócios – prejudicados pelas

⁸⁴ O alvará de 3 de dezembro de 1750 determinava que se não fosse arrecadada quantia de 100 arrobas anuais de ouro em Minas Gerais para a Real Fazenda, a Junta da Fazenda de Minas deveria proceder à derrama.

mudanças de privilégios. O desembargador Tomás Antônio Gonzaga, em 1786-7, atacou a administração de Cunha Meneses ao escrever o poema as *Cartas Chilenas*. Este poema, em 13 cartas, gerou muito rebuliço em Vila Rica. Suspeitas e acusações foram levantadas a respeito do autor, embora não se tenha descoberto quem o escreveu.

Ainda em 1786 Cunha Meneses fora substituído pelo português visconde de Barbacena. Todavia Gonzaga fora retirado de suas atribuições em Vila Rica e enviado para a Relação da Bahia. Melo e Castro dera ordens a Barbacena para executar o alvará de três de dezembro de 1750 assim que chegasse a Minas. Barbacena deveria também examinar os contratos desde 1754, exigir que os seus arrematadores fizessem os pagamentos em débito com a Junta, assim como proceder ao cancelamento de seus contratos atuais.

Com o tempo, os futuros envolvidos na conjura: José de Resende Costa – pai e filho –, Alvarenga Peixoto, Carlos Correia de Toledo e Melo, Luís Vieira da Silva, dentre outros; cada um tinha, à sua maneira, motivos de insatisfação em relação ao governo metropolitano e ao da Capitania. O fim de 1788 e início de 1789 foram decisivos no planejamento do movimento. Aconteciam reuniões nas casas de Gonzaga, de João Rodrigues de Macedo e de Francisco de Paula Freire de Andrade, em Vila Rica; e na de Melo, em São José del-Rei.

Com o intuito de ter suas dívidas perdoadas, Joaquim Silvério dos Reis denunciou ao governador Barbacena, em 15 de maio de 1789, o movimento insurrecional que se delineava em Minas Gerais. Tal denúncia teria se dado um dia após a suspensão da derrama, atitude que reforça o desespero do denunciante ante sua dívida, que fora cobrada pela Junta da Fazenda de Minas em março (MAXWELL, 1995, p. 168-93). Num número d' *O Arauto de Minas*, periódico são-joanense, fala-se dos “prêmios” dados pela Coroa Portuguesa aos delatores da Inconfidência e se trata este movimento como de independência: “Em um dos cartórios da cidade de Ouro Preto, província de Minas Gerais, existe uma curiosa relação dos prêmios que o governo de D. Maria I concedeu aos delatores da primeira revolução brasileira em favor da independência” (*O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 05/04/1883. Ano VII, n.º 5, p.2).

Ainda hoje muitas dúvidas pairam sobre a insurreição mineira de 1788-9. É um movimento analisado por uns como elitista e de libertação nacional. Mas também é interpretado como mais um dos tantos motins acontecidos em Minas Gerais no século

XVIII, sem necessariamente pretender à independência. Assim há um imaginário que enleia a Conjuração Mineira do qual muitos já se apropriaram com algum interesse político.

Percebemos que os jornais mineiros que se diziam representar ou eram órgãos de algum partido eram um importante meio de sociabilidade e de comunicação entre filiados e simpatizantes de determinado grupo político durante o Império. Suas redações, tipografias ou oficinas serviam como ponto de encontro dos membros dessas agremiações. É interessante: “compreender que os partidos não continham as folhas, nem estas continham os partidos. Entre ambos encontramos um amplo terreno de interseção de sociabilidades, ou seja, de sociabilidades que eram há um tempo partidárias e jornalísticas” (AGULHON apud AMARAL, 2008, p. 40).

Os redatores tinham participação importante dentro do partido e tinham muita visibilidade pública. Eles eram os responsáveis por divulgar e explicar os ideais partidários aos assinantes, que contribuíam com o partido na medida em que eram assinantes de determinado jornal.

Um dos ideais apresentados n’*O Arauto de Minas* era que os inconfidentes tinham lutado com afinco pela independência do Brasil, e mesmo tendo falhado, o germe de suas aspirações à liberdade tinha permanecido latente entre seus contemporâneos. Dizia também que em Sete de setembro de 1822 a árvore da liberdade florescera pelas mãos do primeiro Imperador do Brasil. Havia tentativas em se fazer correlações dos conjurados com Dom Pedro I. Os primeiros teriam dado o primeiro passo em direção à busca pela liberdade, num provável movimento nativista, enquanto o segundo teria consumado o antigo sonho brasileiro pela emancipação política. A associação desses personagens facilitava muito o uso dos conjurados pelos monarquistas.⁸⁵

Como dito anteriormente, o jornal que escolhemos representava o partido Conservador e era da cidade de São João del-Rei. O redator Severiano de Resende em alguns casos citava algum inconfidente, geralmente em artigos em que se pretendia

⁸⁵ Tratamos como possível nativismo por se tratar de duas possíveis questões. A primeira relativa ao nativismo como um movimento ligado à colônia e que seria o precursor do nacionalismo, portanto antagônico a qualquer tipo de dominação estrangeira (SILVA, 1997, p. 81). A segunda questão estaria ligada ao nativismo associado ao gênero literário, que aparentemente já era representado no século XVII na poesia de Manuel Botelho de Oliveira e pode ou não estar relacionada ao nacionalismo (SILVA, 1997, p. 75).

exaltar a Monarquia, os conservadores ou mesmo a Província de Minas Gerais. As datas mais utilizadas para tais citações – embora sem obrigação em as seguir – eram as que antecediam, coincidiam, ou procediam as datas ditas hoje cívicas: o 21 de Abril e o Sete de Setembro. Numa publicação após a comemoração da independência este argumento é ratificado e também se nota que não há qualquer aversão entre a figura de Tiradentes e de D. Pedro I:

O sangue do proto-mártir da independência da Pátria, do desventurado Mineiro – Tiradentes, ensopa-lhe o solo em que estorcia-se.

De quando em quando ao despertar aflitivo do sono afadigado, o cativo gigante americano contemplando o soberbo quadro das grandezas de sua terra, as colinas, os vales risonhos, onde livre e forte se acercava da viçosa prole, relembra os passados dias de felicidade, e mal podendo enxugar com as mãos agrilhoadas as lágrimas que se lhe inundavam os olhos ante os destroços, o tinir de ferros, e as cabeças decepadas ao pé do cadafalso, arrancava do peito um canto triste e doloroso...

[...]

O esplêndido Sol de 7 de Setembro de 1822 conduziu-nos à aurora brilhante da Pátria.

A luz se fez nas margens do Ipiranga, onde as cadeias de um povo escravizado se quebraram, e o Brasil se inscreveu no mapa do mundo como nação livre e independente.

Estabeleceu-se o Império.

[] (*O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Setembro de 1877. Ano I, n.º 27, p.1).

A “popularidade” que Joaquim José da Silva Xavier adquiriu principalmente na segunda metade do oitocentos pode ser explicada pelo fato dele ter assumido sozinho a responsabilidade pela conspiração. Pelo longo tempo em que ficou preso Tiradentes era interrogado frequentemente, assim como tinha os franciscanos agindo sobre si o tempo todo, recebendo suas confissões e aconselhando o réu. Esse intenso contato de Tiradentes com a religião o teria transformado num religioso de fervor, o que fizera com que deixasse de lado o civismo revolucionário, o patriotismo que o levava à prisão, identificando-o como patriota. Esse constante contato com a religião proporcionara a Tiradentes uma nova “personalidade”. O inconfidente passara a ser visto como beato e comparado a Jesus Cristo. A provável semelhança física – cabelos e barba comprida – entre ambos, somado à tradição oral contada a respeito da *via crucis* pela qual o condenado passara da cadeia até chegar ao patíbulo, fizera com que Silva Xavier tivesse esse importante apelo do ponto de vista religioso.

Com a visão que se passou a ter de Tiradentes – um patriota exemplar e com um ardor religioso –, ele era facilmente tido como unificador de três importantes movimentos existentes no Brasil durante o século XIX: independência, abolição e República. Silva Xavier era aceito por monarquistas, abolicionistas (monarquistas e republicanos) e republicanos.

Expiraste, heróico e resignado, sonhando a felicidade de teus míseros irmãos, subjugados pelo despotismo ferrenho do governo colonial.

Não foi inútil teu sacrifício: anos depois a idéia sacrossanta da Liberdade, tão sublimemente apregoada por ti, espalhou-se por todo esse vasto império, iluminando e fortalecendo as consciências das vítimas e entenebrecendo e acovardando os espíritos opressores.

Libertaram-se os filhos deste país, em cujas florestas majestosas adormecia o selvagem libérrimo!

E, para que se realizem completamente todos os teus sonhos grandiosos, todas as tuas aspirações humanitárias, quebram-se hoje as cadeias dos infelizes escravos, derrocam-se os sombrios baluartes da Escravidão! (*O Tribunal*. São João del-Rei. 21/04/1888. Ano I, n.º 3. Artigo de José Braga, p. 1).

Podemos notar ainda, no trecho que segue o peso que a representação dos conjurados começava a ter para os políticos ainda favoráveis ao regime monárquico no Brasil:

Para o Arauto de Minas, Tiradentes seria o ‘primeiro mártir da liberdade, no Brasil’, e o deputado ‘conservador’ Xavier da Veiga, em 1880 propôs uma verba de 12 contos para monumentos históricos, sendo 2 contos para o túmulo de José de Alencar, 2 para uma estátua de Osório, um ‘liberal’, e 8 para a de Tiradentes. Esse prestígio do Alferes Xavier entre os chefes ‘conservadores’ mineiros ajuda entender sua posterior elevação a mito da República (AMARAL, 2008, p. 44).

Já havia entre alguns políticos, em geral conservadores, uma tentativa de se preservar a imagem do protomártir. Em muitos casos essa diligência visava fins particulares, mas também se procurava salvaguardar a Monarquia de ameaças republicanas. Sobre Tiradentes era dito que:

Foi o precursor da nossa liberdade, o primeiro dos brasileiros nas lutas do patriotismo.

Seu precioso sangue transformou [ilegível] germe de todas as conquistas da autonomia e da civilização da sociedade brasileira.

Grande mártir e grande herói, deve encher os corações dos brasileiros patriotas [ilegível] maior gratidão, de grande admiração e respeito à sua venerada e bendita pátria (*O Tribunal*. São João del-Rei. 21/04/1888. Ano I, n.º 3. Artigo de Alfredo das Neves, p. 1).

Tiradentes era apresentado por literatos e pela imprensa como exemplo de caráter cívico e heroico ao menos desde 1848, quando primeiramente se escreveu sobre

ele em terras brasileiras. Mas foi na década de 1880 que se viu o auge da ideia de se associar a imagem dos conjurados a determinada empresa que se quisesse realizar, tendo muita chance de êxito. E foi em 1881 que aconteceu a primeira celebração relativa à memória de Tiradentes, organizada pelo Clube Republicano do Rio de Janeiro. “A legitimidade da causa dos inconfidentes já estava oficialmente reconhecida” durante o Império, e os conservadores eram os principais a buscá-los devido o avanço do republicanismo (LAZZARI, 2006).

Muitos romancistas escreveram sobre os inconfidentes na segunda metade do século retrasado. Some-se a isto o fato de a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ter publicado alguns artigos sobre esses insurretos. Os brasileiros oitocentistas que não conheciam a história da Conjuração Mineira, senão pela oralidade, puderam conhecê-la a partir de 1873 por meio do livro de Joaquim Norberto de Sousa e Silva: *a História da Conjuração Mineira*.⁸⁶ A quantidade de jornais que escreviam sobre a causa inconfidente aumentava: “Em 21 de Abril de 1886, periódicos recém-fundados como o ‘Minas Ativa’ e ‘O Vinte de Agosto’ publicavam homenagens a Tiradentes. Este último, representante do próprio partido Conservador, fazia não só o elogio do exemplo heroico como mencionava-o como orgulho da província: ‘A esse colaborador intrépido de nossa emancipação, a esse patriota de ânimo inquebrantável, a esse mineiro, cujo nome glorioso faz pulsar de orgulho o coração de Minas, rendemos hoje pois o preito de nosso reconhecimento, prestamos o tributo da imortalidade.’” (LAZZARI, 2006).

Em 1821 mandou-se derrubar o padrão de infâmia a Tiradentes, erguido em Vila Rica em 1792. Esta provavelmente foi a primeira medida de se tentar reparar o exagero cometido na sentença relativa a Silva Xavier. Não é um lugar de memória como se conhece – uma estátua ou a denominação de um logradouro –, mas foi certamente uma ação que visava preservar o nome e a memória deste inconfidente.

Concernente à criação de monumentos, antes da iniciativa do deputado Conservador Xavier da Veiga de tentar se criar um lugar de memória para Tiradentes, Joaquim Saldanha Marinho, presidente da Província de Minas Gerais mandara

⁸⁶ *História da Conjuração Mineira* foi escrito em 1873 e tinha como fontes os *Autos da Devassa; Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*, obra anônima; e a obra escrita pelo frei Raimundo de Penaforte: *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*.

construir, em 1866, uma coluna em Ouro Preto – onde hoje é a Praça Tiradentes – que lembraria e perpetuaria os nomes dos conjurados. Nos primeiros anos da década de 1880 em São João del-Rei se nota pelas folhas d’*O Arauto de Minas* que alguns endereços levavam os nomes de alguns dos envolvidos na Inconfidência. Contudo não vimos indício de estátuas ou colunas de exaltação.

Para a edição de 21 de Abril de 1882 não foi possível a impressão d’*O Arauto de Minas*, já que este passava por um recesso. O sexto ano do periódico se inicia em 29 desse mesmo mês. Como de costume havia publicações sobre Tiradentes nos números próximos ao dia de comemoração de sua morte. Vemos na publicação do mês seguinte d’*O Arauto* uma interessante transcrição de um jornal paulista:

Nenhuma palavra foi escrita pela imprensa campineira no dia 21 do corrente, nonagésimo aniversário do protomártir da liberdade brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, vulto que se destaca com diamantino brilho e grandeza no cenário da nossa história política! Seria ingratidão? Seria esquecimento? Creio que foi só esquecimento.

Eu, filho da terra do mesmo berço de Tiradentes, confesso o meu pecado, esqueci [...] esse esplêndido sol de 21 de Abril de 1792!...

Vou hoje ao correr da pena pagar um tributo à memória do legendário Mineiro com algumas palavras a respeito do seu nascimento e morte.

[]

O autor deste artigo transcreveu a sentença de morte de Tiradentes e continuou a tecer elogios ao mártir punido pela Coroa Portuguesa.

[]

Tiradentes, o grande vulto da nossa liberdade, e primeiro propugnador da independência tem hoje uma coluna de pedra na principal praça de Ouro Preto, capital de Minas, que perpetua seu glorioso nome, a sua glória, a glória dos brasileiros e especialmente a dos mineiros.

E não precisava, penso eu, desta coluna; ele tem uma estátua de mais fino quilate, mais pura e verdadeira, cujo pedestal é o coração de todos os homens livres porque ninguém tem mais direito da glorificação da posteridade e da gratidão dos seus do que Tiradentes e seus ilustres e imortais vinte e oito companheiros que formam a grande constelação da Inconfidência Mineira, a cuja luz caminha triunfante a causa da liberdade do nosso abençoado Brasil (*O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14/05/1882. Ano VI, n.º 3, p. 3. Artigo transcrito do Diário de Campinas, escrito pelo Dr. Cassiano).

Por essas linhas vemos que o autor do artigo dá importância ao lugar de memória em honra aos inconfidentes, por outro lado ressalta que a memória do movimento está viva entre “os homens livres” do país.

No jornal *O Tribunal* – que não pudemos precisar a orientação política por não se auto identificar – fica clara a ideia da falta de um monumento definitivo que preservasse a memória de Silva Xavier, natural de São João del-Rei, e que deixasse um legado para o futuro:

Quem vai de S. João del-Rey [...] avista do outro lado do rio, que a linha segue sempre, o lugar onde existiu a fazenda do Pombal.

[...]

Foi ali que nasceu **José Joaquim** da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes.

Dali saiu ele a congregar os apóstolos, que deviam pregar o evangelho da Emancipação da pátria.

O que resta hoje da fazenda do Pombal?

O proprietário atual daqueles terrenos, sem ao menos sentir tremer-lhe as mãos, derruiu aquelas paredes, testemunhas dos anelos patrióticos do protomártir mineiro, lançou abaixo os telhados, arrancou mesmo os alicerces daquela morada, que devera ser uma relíquia, conservada como tradição do herói que ali medrou.

Passei há pouco por aqueles sítios; uma roça de milho ocupa o lugar da celebrizada fazenda.

Apenas algumas jaboticabeiras frondosas e um ou outro altivo pinheiro assinalam o berço de Tiradentes, semelhando, de pé, fantasmas perdidos, a protestarem, nessa linguagem mística, transmitida ao sopro das brisas, contra o esquecimento e ingratidão da Pátria, que nem ao menos ali [...] (*Trecho rasgado do jornal*) aqui nasceu Tiradentes, o inconfidente, que regou com seu sangue a árvore da Liberdade! Conservai-o em vossa memória e levai seu nome glorioso à posteridade (*O Tribunal*. São João del-Rei. 21/04/1888. Ano I, n.º 3. Artigo “A fazenda do Pombal”, p. 1).

Apesar de nos anos 1880 nomes de ruas homenagearem alguns dos inconfidentes, ao que nos parece, em São João del-Rei não se procedeu à construção de monumentos que os exaltassem, ou ao menos os lembrassem.

Não obstante, na vizinha São José del-Rei os habitantes aparentemente tinham a intenção de se perpetuar a figura dos inconfidentes, sobremaneira a de Tiradentes. Isso é evidenciado pelo jornal *O Arauto de Minas*:

Os habitantes de S. José del-Rei tratam de erigir naquela cidade, na praça, onde existe a casa em que se reuniam os inconfidentes, um monumento que perpetue o nome do protomártir da liberdade.

[...]

Tiradentes é um nome nacional; não pertence a este ou aquele partido levar à posteridade o renome do co-provinciano que se sacrificou pela liberdade da Pátria comum; e pois, todos devemos concorrer para que se realize tão patriótico intento (*O Arauto de Minas*. São João del-Rei, 30/10/1879. Ano III, n.º 30).

Percebe-se que o escritor dessas palavras não queria se identificar a determinado partido político para mostrar de onde falava, talvez pretendendo um posicionamento neutro ou apolítico devido as disputas políticas que se davam a partir da década de

1870. Interessante que o autor destaca a importância de se preservar e levar o nome de Tiradentes à posteridade, independentemente de quem o fizesse.

Em 1881 uma edição d'O *Arauto de Minas* exibiu ampla homenagem ao Imperador e à Imperatriz em decorrência de sua primeira visita a São João del-Rei. Neste número se tratou de vários detalhes relativos à visita, inclusive referentes às festividades preparadas para a chegada do séquito imperial que inaugurou um dos primeiros trechos da Estrada de Ferro d'Oeste. Ao mesmo tempo em que tratou do monarca o tema Inconfidência veio à tona nas páginas no jornal. Embora não opusesse a imagem do governante às dos inconfidentes o redator evidenciou a falta de lugares de memória referentes aos últimos:

Em 1789, São João del-Rei fora designada, entre os demais planos dos inconfidentes Tiradentes [...], José de Resende Costa e outros que moravam nas vizinhanças deste município, para capital da projetada república.

Não há quem ignore o desfecho desse drama heroicamente triste, **embora a gratidão nacional, esquecida de tão heróico feito, não perpetue em bronze ou em mármore a memória daqueles mártires, ilustres Mineiros**, que tão caro pagaram o arrojo de se confessarem devotados, até o suplício, à terra que lhes foi berço (*O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24/04/1881. Ano V, n.º 7, Grifo nosso).

Esta última publicação d'O *Arauto* cujo número é dedicado quase que inteiramente à visita do Imperador a São João del-Rei, denotam-se elementos simbólicos que envolvem personagens de peso na história do Brasil: Tiradentes, D. Pedro I e D. Pedro II. O autor do artigo exalta os três: Tiradentes junto a seus companheiros de conjuração pretendia disseminar a liberdade pela sua terra – Minas Gerais e/ou o Brasil; D. Pedro I era visto como o “magnânimo” fundador do Império do Brasil; e D. Pedro II estava relacionado ao patriotismo, considerado como “primeiro cidadão” e responsável pela consolidação e manutenção do território nacional.

O vínculo estabelecido entre essas três figuras deve ser entendido como o ponto chave que proporcionaria suas ligações aos ideais políticos do partido Conservador. Pois ao se pensar e se fazer a analogia de tais personagens os conservadores conseguiriam unificar uma simbologia ao redor da liberdade – pensada pelos conjurados –, da independência – conseguida por meio do primeiro Imperador – e da consolidação do Império – que se deu a partir do Segundo Reinado. Ao se fundir os três elementos e os três personagens se falava do quão antigo remontava o sonho de liberdade do povo brasileiro e de como a monarquia bragantina, a partir de 1822, conseguira com grande

sucesso realizá-lo. Isso convergiria para enaltecer a Monarquia brasileira, que estaria finalmente em harmonia com o passado nacional. Tendo o Brasil à década de 1880, uma monarquia constitucional democrática⁸⁷ e que não devia nada em termos políticos às vizinhas repúblicas americanas.

O partido Republicano e a consolidação da imagem de Tiradentes

Parte da historiografia brasileira se refere aos conjurados de Minas Gerais como representados e aceitos pela sociedade brasileira apenas com o advento da República, isto é, a partir de 15 de Novembro de 1889. Contudo os inconfidentes já tinham alcançado um reconhecimento durante o Império, inclusive por parte dos monarquistas. Pelo provável ideário dos conjurados – independência e liberdade – se adequar mais ao dos republicanos fez com que os políticos conservadores e liberais tivessem que adaptar seus planos para um manuseio mais adequado do simbolismo por trás da Inconfidência Mineira. Para obter êxito no manejo de tal simbolismo os monarquistas teriam que ocultar ou diminuir o fato da Inconfidência tender à república e ter como grande exemplo a independência das treze colônias inglesas. Isso demandaria muito esforço pelo fato do governo brasileiro ser monárquico; com o agravante de o Imperador ser bisneto da rainha portuguesa responsável pelas punições aos conjurados de 1788-9.

Principalmente na tradição oral era difundido que a Conjuração Mineira tinha pretensões de emancipar o Brasil perante Portugal, ser abolicionista e ter um viés republicano.⁸⁸ Assim, exceto para os republicanos não favoráveis à abolição da escravidão os conjurados se encaixavam muito bem na proposta republicana de se fazer expandir seu intento político no Brasil. Em algumas eleições durante a década de 1880 já se notava um número crescente de candidatos eleitos pelo partido Republicano. Porém a corrente republicana não contava com número muito grande de adeptos. Excetuando-se algumas regiões do Império, a maior parte do país ainda contava com a costumeira disputa entre liberais e conservadores, tendo os republicanos que batalhar

⁸⁷ Entenda-se “democrática” não no sentido que a palavra tinha na época, relacionada ao republicanismo. Mas quando há representatividade considerável da sociedade.

⁸⁸ Numa das últimas reuniões dos membros da conjura foi levantada a questão da mão de obra servil na nova república, e se cogitou a libertação dos escravos nascidos na América portuguesa (MAXWELL, 1995, p. 152).

por sua ascensão. Antes do surgimento do partido Republicano, em 1870, alguns simpatizantes e mesmo os já favoráveis à República no Brasil costumavam figurar nas fileiras do partido Liberal. Desta forma os maiores oponentes dos republicanos, assim como de muitos liberais, eram os conservadores.

Apesar de ter tido ocupado menos o posto de chefe do Ministério que o partido Liberal, o partido Conservador governou por mais tempo. Os conservadores eram vistos como cautelosos demais, sendo até retrógrados em suas políticas de governo. Enfrentavam oposição ferrenha por parte dos liberais e não era de se esperar que fosse diferente a postura dos republicanos. Estes últimos em algumas ocasiões se toleravam. Isso pode ser percebido num artigo do jornal *A Pátria Mineira*, um semanário de São João del-Rei, dirigido pelo professor republicano Sebastião Rodrigues Sette Câmara. Neste artigo Sette Câmara parece se contentar com a notícia do Gabinete escolhido para suceder o Conservador João Alfredo ser Liberal. Sette Câmara fala de uma antiga aliança, dando a entender a “infiltração” dos republicanos no partido Liberal antes do partido Republicano ter sido fundado.

Tentai, tentai ao menos a grande e urgente reforma da federação das províncias; mas sabeis desde já que não conseguireis levá-la efeito.

Talvez seja necessário esse último desengano para vos arrastar à convicção de que a monarquia é incompatível com a liberdade e progresso do Brasil (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 13/06/1889. Ano I, n.º 5, p. 1).

Muitas das medidas políticas tomadas pelos conservadores eram vistas pelos republicanos como arbitrárias e nebulosas. Cobrava-se transparência e honestidade, além do povo ser chamado a ver que as coisas que o governo monárquico fazia eram contrárias à liberdade. Liberdade era uma palavra reproduzida no imaginário popular brasileiro como sendo muito utilizada e idealizada pelos inconfidentes, que sonhavam com a pátria livre. E os republicanos tentavam se apropriar disso em seus discursos, voltando ao passado colonial:

O povo mineiro está ameaçado pela atual administração com a dívida enorme de dez mil contos!

O comendador Loyo, sogro de um filho do Sr. João Alfredo, foi a Ouro Preto e assinou o contrato que o habilita a ir pedir dinheiro na Europa.

[...]

Erguemo-nos também com toda a força de nossa alma contra semelhante empréstimo.

[...]

Semelhante compromisso só poderia ser justificado pela compra de armas para a conquista da independência.

Um empréstimo nos últimos dias da liquidação da monarquia seria um desastre irreparável não poderia ter outro fim senão de cevar à custa do suor do povo mineiro a voracidade dos [ilegível] de toda a espécie [ilegível] depois de já terem [ilegível] pelas outras províncias [trecho de escrita muito ruim] nos quais em nome Del-Rei eles se comprometeram a surruiar menos o ouro do povo.

A conjuração mineira, no tempo do Tiradentes, também conseguiu que os feitores da monarquia engolissem a derrama que tentavam lançar sobre o povo; isto é: a província inteira, pronta a tomar armas, resistiu ao pagamento das quatrocentas arrobas de ouro que aquele governo queria lhe arrancar.

Felippe dos Santos e Tiradentes morreram, é certo, assassinados pela monarquia, mas tiveram a glória de conseguir que o nosso povo fosse respeitado (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 14/04/1889. Ano I. O número não pôde ser visto porque essa parte do jornal está rasgada. Artigo “Alerta”).

A propósito dos lugares de memória empreendidos pelos republicanos, nos anos 1870 seus clubes passaram a tratar da imagem de Tiradentes de maneira a enaltecê-lo, dando seu nome a jornais e aos próprios clubes. Encontros e cerimônias eram realizados nos dias 21 de Abril no correr da década de 1880, como por exemplo, na casa do padre Carlos Correia em São José del-Rei. O 21 de Abril passou a ser visto como:

[...] vergonhosa data, que condena para sempre a desumanidade da sentença contra o herói inviolável, é justo que se lance todo o estigma sobre as almas ignorantes que, em 1792, concorreram para a morte do grande mineiro e do grandioso brasileiro, sobressaindo na infame tragédia o nauseabundo nome da católica Maria I [...]

O Tribunal, de joelhos, venera o imponente vulto, que soube compenetrar-se da grande religião do amor da Pátria (*O Tribunal*. São João del-Rei. 24/04/1888. Ano I, n.º 3, p. 2).

Em 1889 pululavam as propagandas republicanas, havendo conferencistas como Aristides Lobo, Lopes Trovão e Silva Jardim espalhados pelas principais Províncias e cidades do Império com o intuito de divulgar o republicanismo. O propagandista Silva Jardim foi a São João del-Rei em 23 de abril de 1889, ou seja, apenas dois dias depois da comemoração da morte de Tiradentes. Jardim iria palestrar na cidade mas na ocasião houve grande tumulto (*O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28/04/1889. Ano XIII, n. 5, p. 2). Exemplo de outra conferência que fora designada para as proximidades do 21 de Abril, desta vez em São José del-Rei, vizinha à São João del-Rei:

Expeditions: Theory of History & Historiography

No dia 21 do corrente mês, aniversário da morte de Tiradentes, o Dr. Sampaio Ferraz fará uma conferência em São José del-Rei, onde existe ainda a casa em que se efetuaram diversas reuniões da conjuração mineira.

Essa casa costuma ser visitada nesse dia pelas pessoas que veneram a memória gloriosa dos inconfidentes e nela já se tem celebrado sessões comemorativas do aniversário do protomártir (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 14/04/1889. Ano I. O número não pôde ser visto porque essa parte do jornal está rasgada. Artigo “Conferência Republicana”).

O jornal *A Pátria Mineira* exaltava de forma tão elevada as características positivas de Minas Gerais que em determinados momentos a exaltação beirava o bairrismo. Tiradentes era sempre associado às coisas boas da Província, sendo o principal fruto das ideias de liberdade e igualdade, inerentes aos nascidos entre as montanhas das Gerais. São João del-Rei, cidade que foi parte do passado de Silva Xavier também era lembrada nos elogios do redator:

São João del-Rei tão distinto lugar ocupa na história desta província que não poderia de modo algum eximir-se do posto que lhe compete na cruzada libertadora em que de novo se empenham as outras cidade mineiras.

A guerra dos emboabas denominando até hoje o Rio das Mortes, os nomes gloriosos de Tiradentes e Resende Costa, avivando nas indicações das ruas a memória desses heróis, aí estão para, todo o momento, despertar o brio e o patriotismo dos velhos tempos nos anônimos das novas gerações.

Seria inconcebível que a idéia republicana, que ressurgue esperançosa de todos os pontos de [ilegível], para espancar as [sombras] opressoras da monarquia [vacilante], não encontrasse um eco de animação e entusiasmo [ilegível] em que outrora ela... [Daqui adiante falta uma parte do jornal]. (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 14/04/1889. Ano I. O número não pôde ser visto porque essa parte do jornal está rasgada).

Este trecho é uma amostra da comparação do passado “glorioso” com o momento em que vivia o redator, repleto de dificuldades. A Monarquia era vista pelos republicanos como uma instituição odiosa e que desde a colônia oprimia o povo; bastando ver as muitas “revoluções” em território mineiro e nacional desde a colônia ao Segundo Reinado.

Sette Câmara se mostrava decepcionado com o fato de Minas não conseguir fazer despontar um nome competente e altivo para mudar e melhorar a situação Provincial e brasileira, cuja urgência demandava. Logo numa Província considerada

composta de um povo aguerrido e que lutou sempre contra a tirania. Ressalta também o importante lugar ocupado por São João del-Rei durante os séculos XVIII e XIX.

[]

Em 1720 o glorioso Felipe dos Santos, reunindo quatro mil homens [ilegível] o governo monárquico que oprimia o povo, projetara ao mesmo tempo formar de São João del-Rei a sede de uma república independente.

Em 1788 igualmente a conjuração mineira tendo por fim constituir o Brasil em república federativa, São João foi a cidade escolhida para ser a metrópole do livre estado de Minas.

Em 1833 o partido caramuru insurgindo-se em Ouro Preto com o fim de restabelecer o governo absoluto de Pedro I, Manoel Inácio, presidente legalista, instalou aqui o governo que sufocou a retrógrada insurreição monárquica daqueles tempos.

Na briosa revolução de 1842, José Feliciano presidente proclamado, veio por sua vez estabelecer o governo rebelde em São João del-Rei e foi recebido com festas e repiques de sino..

[...]

detém-te um pouco e contempla a perspectiva do abrigo em que recolheu-se o apóstolo que veio bater às portas deste povo para lembrar-lhe as glórias do outro tempo, para repetir-lhe as palavras – democracia e independência.

[...]

Não inquiras coisa alguma à Pátria Mineira – ela [está] entregue ao silêncio [ilegível], há de apenas apontar-te as glórias do passado e em seguida irá esconder-se nas esperanças do futuro.

[]

(*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 16/05/1889. Ano I, n.º 1. Artigo “Ontem e hoje”, p. 1).

O redator d’*A Pátria Mineira* conclamava seu público a se juntar ao movimento republicano, portador da verdadeira liberdade. Aludindo contra a Monarquia reclamava de tal regime e demonstrava que o melhor sistema para o país era o republicano. Salientava ainda que para que não houvesse um futuro “lutuoso” o regime político teria que ser alterado. E como se tornava de praxe entre os republicanos, Tiradentes segue sendo citado e exaltado:

Assim, cidadãos desta Pátria, que queremos ver grande e gloriosa, filhos desta província heróica, tradicional e legendária nas lutas pelas liberdades do Brasil, herdeiros morais de Tiradentes e testamenteiros incontestados de sua memória grandiosa, não podemos deixar de aderir, para honrar essa herança, cumprir esse testamento e interpretar os sentimentos generosos da terra em que nascemos, ao movimento libertador da nossa Pátria que trabalha pela afirmação da democracia no estabelecimento da República (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 23/05/1889. Ano I, n.º 2. Artigo assinado por dezenas de pessoas de Prados cidade vizinha à São João del-Rei, em 13/05/1889).

Elogiando-se uma vez mais os conjurados num artigo que tratava da tradução de um livro manuscrito da biblioteca pública de São João del-Rei – a mais antiga biblioteca pública da Província –, *A Pátria Mineira* dizia que ele fora traduzido por José de Resende Costa. Este foi um dos mais jovens participantes da Conjuração Mineira, oriundo da comarca do Rio das Mortes – cuja sede era a vila de São João del-Rei – e filho de outro membro da conjura, do qual era homônimo, “José de Resende Costa foi o estudante inconfidente que depois do degredo veio morrer na pátria” (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 30/05/1889. Ano I, n.º 3. Artigo “Preciosidades”, p. 3). Resende Costa teve a chance de voltar ao Brasil ainda vivo, participou da Constituinte de 1823 e morreu já durante o Segundo Reinado, em 1841.

Os envolvidos na derrubada da Monarquia, em 15 de Novembro de 1889, não tiveram muito apelo entre o povo, nem entre os intelectuais da época para figurarem como heróis nacionais. Mas mesmo antes da instalação da República os partidários deste regime buscaram um herói no passado colonial que pudesse conceber a legitimidade para um possível governo republicano. Isto se deveu ao fato daqueles não terem uma profundidade histórica suficiente para assumir uma posição no panteão dos heróis da pátria. Algumas revoluções como a Farroupilha e a Confederação do Equador legaram homens que tinham grande peso na história de suas Províncias e em alguns casos até com expressão nacional. Mas Joaquim José da Silva Xavier reunia aspectos que os outros “candidatos” a heróis não possuíam. Isto se deu porque, em linhas gerais, estes movimentos tiveram vias separatistas, geraram confronto, mortes. Já a Conjuração Mineira era vista como um movimento de união, de caráter nacional; e Tiradentes – tido ulteriormente como o líder – tinha já um amplo apelo popular. Outro fator determinante a favor de Silva Xavier foi o fato de ele ser tomado como um mártir que não tivera a chance de lutar por ter sido traído, assim, padecera como vítima, semelhante a Cristo. O que ajudou em sua glorificação em meio ao povo (CARVALHO, 2001).

Para os republicanos em geral, o Brasil desde cedo tivera a vocação para a República. Pregavam que todos os movimentos contestatórios – que nem sempre reivindicavam a dissolução da Monarquia e/ou o separatismo – tinham por fim a implantação da República no Brasil. O jornal de Sette Câmara não teria o porquê de fugir à regra:

Expeditions: Theory of History & Historiography

Todos os movimentos autonômicos da nossa história foram sempre feitos no sentido da República: em Minas, na Bahia, em Pernambuco, em São Paulo e no Rio Grande.

A independência de 1822 foi uma satisfação lacunar: uma conciliação entre os interesses mercantis da família Bragança e o ódio do regime colonial... (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 13/06/1889. Ano I, n.º 5. Artigo “Vozes da República”, item 1, p. 2).

Apesar do regime republicano ser visto como uma emergência para o desenvolvimento pleno do país – pelos republicanos –, a Monarquia brasileira ainda era tolerada. A ideia mais generalizada entre os republicanos era de que a Monarquia não conseguiria alcançar o Terceiro Reinado. Estavam convencidos de que com a morte de D. Pedro II, vista por muitos nos anos 1880 como próxima, a princesa herdeira, D. Isabel, não teria condições de segurar o ímpeto republicano (MORAIS, 1985, p. 63-74). Podemos notar semelhante discurso n’*A Pátria Mineira* (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 27/06/1889. Ano I, n.º 7. Artigo “Esboço político”, p. 1). Noutro artigo deste jornal temos uma ideia de como foi uma das visitas do Imperador à Província de Minas Gerais, a segunda a São João del-Rei, e a forma pela qual a velhice do monarca era relacionada à fragilidade institucional do regime. O texto trata como a comitiva imperial vinha sendo bem recebida na Província, mas que isso se devia ao respeito ao monarca e não à instituição.

[...] Minas receberá de certo o imperador com a complacência e a piedade, a que tem direito os anos do ancião, e os sofrimentos do valetudinário. A decadência física e moral deste príncipe, cuja velhice é a velhice da monarquia, infunde esse respeito [...] Federalistas e liberais deixarão passar o séqüito do augusto doente...

Minas, a austera, a incorruptível a inspirada [...] verá passar com desdém o préstito da domesticidade imperial e com dó as muletas do imperialismo inválido...

A sombra de TIRADENTES há de protegê-la contra as seduções do neto e da bisneta de d. João VI (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 27/06/1889. Ano I, n.º 7. Artigo “Minas”, p. 2).

Sempre que necessário *A Pátria Mineira* fazia alusão à história de Minas. Tida por muitos como a Província que produzira o germe do primeiro pensamento de liberdade na América portuguesa, era de se esperar, ao menos pelos mineiros, que o “pontapé” inicial para a República fosse dado por algum político das Gerais.

Estrela brilhante do Sul, formosa província de Minas – por que desmaias no céu de nossa pátria, quando ela precisa que cintiles com toda tua pureza antiga.

Expeditions: Theory of History & Historiography

Berço das idéias liberais, formosa província de Minas, que deste os primeiros mártires à causa da independência nacional; tu, que tiveste por largo tempo a primazia no paço dos CÉSARES e nos comícios do povo – por que te aniquilas na indiferença e no desânimo?

Teu eclipse é fatal ao sistema representativo.

[...]

Onde estão os teus filhos? A terra em que eles nascem já não tem força para produzir esses gigantes de talento e de ânimo que escalaram o Olimpo da monarquia absoluta.

[...]

Formosa província de Minas, surge do abatimento, volta a ocupar a tua primazia. Está ainda vago o teu lugar nos conselhos e na tribuna: nenhuma de tuas irmãs pôde usurpá-lo [...]

Formosa província de Minas, surge, surge; não te é lícito tão longo repouso.

[]

(*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 06/06/1889. Ano I, n.º 4. Artigo “A província de Minas”, escrito por Francisco Otaviano, p. 2).

Os redatores dos jornais deveriam chamar seus assinantes em épocas de eleições, os que eram eleitores e votantes, a fazer com que por meio dos votos se colocasse cada vez mais republicanos nas câmaras. Assim, por meio de leis do legislativo nacional, licitamente, acreditavam que o sistema monárquico pudesse dar lugar ao republicano sem que fosse necessária uma “revolução” e o derramamento de sangue. Apesar de já sabermos o que viria depois, com o golpe dos militares e a consequente derrubada da Monarquia em 15 de Novembro de 1889, não podemos atribuir às posturas dos contemporâneos desse ano uma atitude que levasse a crer que tal movimento era esperado. Ele não poderia ser previsto com muita antecedência, muito menos fora da esfera em que ele fora tramado.

Ao se analisar *A Pátria Mineira* de 28 de maio de 1889 se vê que o redator chama o povo às urnas para que com o sufrágio se conseguisse implantar a República (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 23/05/1889. Ano I, n.º 2, p. 1) Sete Câmara destaca também os candidatos republicanos como maioria em algumas regiões da Província, desbancando liberais e conservadores.

Em Santo Antônio do Amparo, S. Francisco de Paula, Passatempo, colégios deste distrito, não houve voto algum monarquista.

No importante colégio de Prados apareceram somente três votos monarquistas contra noventa e nove republicanos.

Na cidade de Oliveira, também deste distrito, os conservadores obtiveram apenas cinco votos e os republicanos sessenta e seis.

[...]

Conforme os resultados, o partido republicano apresentou-se em toda esta província com os elementos que manifestou na última eleição senatorial, com

tendências para crescer; ao passo que os conservadores provaram notável retração (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 05/09/1889. Ano I, n.º 17. Artigo “Republicanos”).

Esperava-se que com o escrutínio o Brasil fosse elevado à condição de país republicano. E com a proximidade do centenário da Conjuração Mineira e da morte de Tiradentes os republicanos pensavam que haveria motivações a mais por parte dos brasileiros para se chegar à República.

Cem anos está completando a idéia republicana em nossa terra.

- Já não é nova!

Apareceu pela primeira vez em todos os lugares mais importantes desta província propagada pela conjuração mineira.

Seus paladinos tinham então diante de si dois problemas formidáveis: a independência do país e o estabelecimento da república.

A barreira oposta pelo primeiro fez abortar ambos.

[...]

Ja fazer nova explosão. Pedro I, príncipe de Portugal obstou-a passando adiante da revolução. Quis assegurar para si a coroa e proclamou por isso a independência do Brasil.

Estava vencida a parte mais árdua do problema... (*A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 27/06/1889. Ano I, n.º 7. Artigo “Esboço político”, p. 1).

O artigo continua e diz que um “sentimento” republicano sempre existiu de forma camuflada entre os brasileiros. Tal republicanismo não teria vindo à tona porque ainda existia a escravidão no Brasil, e como segue o autor, pior que a Monarquia seria uma República escravocrata. Direciona-se ainda no sentido de que os republicanos estiveram sempre à espreita, e que em 1871, quando o visconde do Rio Branco fez votar a Lei do Ventre Livre eles trataram de se organizar novamente. Todavia teriam esperado até que a abolição total fosse feita, segundo o autor, com a ajuda de republicanos.

A ocasião do centenário da Conjuração Mineira era esperada como um marco na história brasileira. A partir daí o regime político poderia ser alterado, alcançando-se finalmente o sistema de governo pensado pelos inconfidentes, e de forma legitimada, pela vontade do povo:

Cem anos – tristes, acabrunhadores, inglórios, estão se engatando ao derradeiro elo da pesada corrente secular que ainda se prende à conjuração mineira.

INDEPENDÊNCIA, sim – porém legítima independência conquistada no digno campo da honra; e não essa obscura independência outorgada, obtida por meio de ignóbil transação, por meio de renúncia da liberdade.

Expeditions: Theory of History & Historiography

Cem anos de sempre nascentes esperanças, de lutas – sempre a sucumbir nos braços da mais covarde traição: eis tudo quanto o patriotismo mineiro encontra registrado nas páginas de um século de ruínas e misérias!...

[...]

A palavra – REPÚBLICA – a sacrossanta aspiração da inconfidência, em outras eras pronunciada, já vai se despertando do letargo de cem anos e aparece desenrolando o lábaro da vitória.

[]

(*A Patria Mineira*. São João del-Rei. 27/06/1889. Ano I, n.º 7. Artigo “Vozes mineiras”, p. 1).

Pelo que vemos n’*A Patria Mineira* a República vinha já se delineando, principalmente nos anos 1880, década de muita força do partido Republicano. E que este regime não tardaria a se tornar uma realidade no Brasil.

Vimos ao longo do texto que os republicanos já exploravam a imagem dos conjurados durante o Império. Fizeram esse uso simbólico de maneira a obter benefícios pessoais e/ou partidários e em prol da República. Certamente esse procedimento foi mais utilizado e logrou mais resultados após a implantação da República no Brasil. Contudo não se pode simplesmente obliterar as últimas décadas do período imperial e dizer que os inconfidentes não eram considerados como figuras simbólicas de destaque, nem mesmo se pensar que a imagem deles, assim como seu peso mítico não fora utilizado pelos políticos brasileiros anteriormente aos 15 de Novembro de 1889.

Conclusão

De modo geral a Conjuração Mineira ainda está envolta pela névoa do apagar dos rastros e pelas lacunas que a longa passagem do tempo deixou. Os historiadores que se dedicam ao seu estudo se defrontam com a escassez de vestígios. As fontes disponíveis são as devassas feitas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a primeira por ordem do vice-Rei Luís Vasconcelos de Sousa e a segunda aos cuidados do governador Barbacena; além de dois relatos contemporâneos ao movimento: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*, obra anônima; e a obra do frei Raimundo de Penaforte: *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*. Ter como evidências desse passado tão longínquo apenas esses

esparços documentos torna a investigação histórica um desafio a ser superado pelo historiador.

Para preencher algumas brechas do tempo, assim como para enfrentar a interpretação de discursos oficiais, o historiador precisa lançar mão de outras fontes, em geral do século XIX. Muito se produziu sobre a Inconfidência Mineira durante o Império Brasileiro: poemas do Romantismo, uma obra historiográfica como *História da Conjuração Mineira* de Joaquim Norberto de Sousa e Silva às biografias feitas pelo IHGB.⁸⁹ Para irmos além na investigação deste movimento setecentista devemos ter em conta a possibilidade de pesquisarmos jornais do oitocentos. Estes nos proporcionam muitas informações, que embora tivessem um fim – certamente – político deixam transparecer em muitos artigos a tradição oral que se tinha a respeito da conjura. Ainda que boa parte dessa oralidade fosse deturpada ou incerta pelo longo tempo decorrido desde os eventos da Conjuração não é lícito ignorá-la.

Utilizamos neste trabalho o conceito de apropriação simbólica dos conjurados por políticos monarquistas e republicanos no período final da Monarquia. Verificamos que a utilização desse elemento simbólico foi relevante e abrangente para ambos os partidos. Todavia foi melhor aproveitado pelos republicanos, que venceram a disputa política e mantiveram sua hegemonia com o estabelecimento do novo regime, alçando definitivamente ao panteão cívico nacional os conjurados mineiros, especialmente Tiradentes.

Referências bibliográficas

AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884)*. Dissertação de mestrado defendida na UFJF, 2008.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In. ROMANO, Ruggiero (Org.) *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 11.^a reimpressão, 2001.

⁸⁹ Publicadas na Revista do IHGB desde 1839.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. “Representações de um passado de ouro: mitos, memória e imaginário da inconfidência”. In. RESENDE, Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *Histórias de Minas Gerais – As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, vol. 2.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 3.^a edição – 4.^a reimpressão, 1995.

MORAIS, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. 2.^a ed. Brasília: UnB, 1985.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo: A História como “biografia da nação”*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.